

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Governo lança software público para a educação

27/03/2011

Muito boa notícia para a área de educação. O governo federal anunciou o início da operação de dois aplicativos implantados pelo portal do Software Público Brasileiro (SPB), coordenado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MP). A partir da próxima semana, entram em funcionamento os aplicativos para a área de educação: o Gestão Acadêmica, também chamado Sagu, e o Gestão de Bibliotecas, o Gnuteca. Ambas foram desenvolvidas pela Cooperativa de Soluções Livres (Solis), com apoio do Centro Universitário Univates de Lageado, Rio Grande do Sul. O lançamento desses programas, já licenciados como softwares livres, ocorre na tarde desta segunda-feira (28), na sede da Companhia de Processamento de Dados do RS (Procergs), em Porto Alegre. “Além de baixar e utilizar as ferramentas gratuitamente, o interessado ou entidade tem a liberdade de alterar o código das aplicações adequando-as a sua realidade e disponibilizar a nova versão para outras pessoas da comunidade”, diz o diretor do Departamento de Governo Eletrônico da SLTI, João Batista Ferri de Oliveira. De acordo com João Batista, uma das finalidades do Sagu é automatizar os processos de instituições de ensino, como o registro da vida escolar do estudante, desde a sua admissão até a expedição do certificado do curso. Já o software para gestão de bibliotecas vai atender o gerenciamento de livros e periódicos de entidades e escolas de pequeno, médio e grande porte. “Esta ferramenta proporciona um uso mais flexível, pois segue padrões internacionais. É própria para ser aplicada em bibliotecas com acervo de 100 a 250 mil exemplares”, explica Ferri. Criado em 2007, o portal do SPB já conta com 49 soluções voltadas a diversos setores. Neste mês, o sistema registrou a marca de 100 mil usuários cadastrados em todo o país e que se beneficiam dos programas. Os serviços disponíveis são acessados até por empresas de outros países, como Argentina, Portugal, Chile e Paraguai. Para a SLTI, o portal já se consolidou como um ambiente de compartilhamento de softwares. Isso resulta em uma gestão de recursos e gastos de informática mais racionalizada, ampliação de parcerias e reforço da política de software livre no setor público. **Cidades Digitais** No aspecto inclusão digital o Paraná certamente aparece na vanguarda. Recentemente, noticiei neste blog que o estado terá nove município incluídos no projeto Cidades Digitais: Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Jaguariaíva,

Mandaguari, Marmeleiro, Palotina, Paraíso do Norte, Realeza e São João do Ivaí. A ideia é oferecer inclusão digital a toda população. As 163 cidades digitais vão contemplar municípios de 25 estados em todas as regiões do país. Paraíso do Norte é a única cidade da Amunpar a ser contemplada com o programa. “O sistema irá beneficiar a toda comunidade com acesso facilitado ao mundo on-line, fico feliz de Paraíso ter sido escolhida para ser implantado o sistema”, destacou Beto Vizzotto, prefeito de Paraíso do Norte. O principal objetivo do projeto é fortalecer essas ações de inclusão digital e melhorar a prestação de serviços públicos de saúde, educação e segurança. As tecnologias wireless permitirão a realização de teleconferências, telemedicina, teleaulas e mesmo televigilância. O Ministério das Comunicações já testou o projeto em alguns locais do país. A cidade de Santa Cecília do Pavão (PR), já participou do chamado projeto-piloto. De acordo com o edital, as cidades digitais serão estruturadas com base em solução wireless de telecomunicações de dados, som e imagem, capaz de proporcionar a comunicação em rede de alcance local e em rede de alcance mundial com acesso à internet de alta velocidade. A empresa vencedora deve fornecer equipamentos e softwares necessários à implantação da solução, com os serviços de instalação, suporte técnico, capacitação e garantias de manutenção preventiva e corretiva. A tecnologia sem-fio conecta os órgãos públicos municipais, estaduais e federais, bem como escolas, bibliotecas, telecentros, pontos de cultura, postos de saúde, hospitais, delegacias etc. O projeto não leva sinal de internet gratuita às residências. A população pode ter acesso gratuito em espaços abertos chamados “praças digitais”.